

ASSEMBLEIA ESTADUAL



5 de setembro - 13 horas - Praça João Mendes (SP)

Pauta de Reivindicações protocolada em março: Acompanhe o que foi atendido. **PÁGINAS 6 e 7**

Oficiais de justiça

Conquista histórica: Comissão é reconhecida pela Corregedoria do TJ como legítima representante dos servidores da função

PÁGINAS 8 e 9

Tratativas com o TJ

Nalini apresenta pagamentos da GDAC, progressão e fala em ampliar número de servidores para receber atrasados

PÁGINAS 4 e 5

Condições de trabalho

Impasse em relação ao novo prédio do Fórum de Itanhaém, ao que tudo indica, começa a ser solucionado

PÁGINA 3

Esportes

Saiba quais são as equipes campeãs do III Festival de Futsal Kids Jubs, evento direcionado aos atletas entre 8 e 15 anos

PÁGINA 11

Funcionalismo

Conheça os PLCs e PECs de interesse dos trabalhadores do Judiciário

PÁGINA 10

Editorial

Às voltas com as eleições

Mais uma vez estamos às voltas com as eleições, aquela propaganda política inconveniente, entediante e mentirosa, todas as falas e promessas feitas. Porém, é importante que votemos em alguém. Nem sempre estaremos seguros na hora de ir à urna, crenças de que aquele candidato fará por nós tudo aquilo que necessitamos, mas não devemos perder a esperança e - o mais importante - precisamos continuar acompanhando o trabalho feito pelos parlamentares eleitos e que hoje pedem a nossa confiança.

Depois de muitas lutas, reuniões, discussões, greves, derrotas e vitórias no Judiciário Paulista, todos sabem o quanto os deputados influenciam o nosso salário, condições de trabalho e todo o nosso estilo de vida - desde o pãozinho que compramos de manhã para o café até os valores das contas de luz, água, telefone, entre outras. Nesta edição mesmo de "O Processo" estão relacionados os Projetos de Leis Complementares (PLCs) que mais nos interessam e que devemos ter atenção, pesquisar e sempre acompanhar seus andamentos na Assembleia Legislativa (Alesp), pois eles podem, se aprovados e virarem leis, influenciar diretamente em nosso cotidiano.

É bom lembrar que há mais de duas décadas as associações também trabalham junto à Assembleia Legislativa pela aprovação de projetos de nosso interesse

e no bloqueio dos que podem nos prejudicar. É um trabalho que não aparece, e muitos não dão atenção, mas é extremamente necessário, tendo até hoje mais resultados positivos do que negativos.

É só lembrar do movimento grevista de 2010, onde tramitava na Assembleia Legislativa um Projeto de Lei Complementar que instituía o Plano de Cargos e Carreiras dos funcionários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (PLC 43/2005), votado durante e por causa da paralisação, vindo a se transformar na Lei 1.111/2010.

Dentre as obrigações da Assojubs está a de fomentar o debate político/ideológico, para esclarecimentos e conhecimento de candidatos, sem tomar partido por este ou aquele nome ou proposta política. Quem decide o governante é o trabalhador através do voto.

Nós do Judiciário Paulista temos alguns candidatos que estão bem próximos da realidade que enfrentamos, e até alguns funcionários que se candidataram.

Falamos sempre em união, e que ela é a mais poderosa das armas que temos em nossa defesa. E quem sabe um dia essa união seja tão grande e nós sejamos tão confiantes uns nos outros, que reivindicar alguma melhoria seja uma coisa simples e corriqueira em nosso dia a dia, e não uma coisa cheia de dificuldades e dúvidas.

NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO DA ASSOJUBS!
www.assojubs.org.br

E X P E D I E N T E

**Diretoria**

Alexandre dos Santos - presidente
Luiz Tadeu Milito - vice-presidente
Rosângela dos Santos - secretária geral
Silvio José Realle - tesoureiro
Michel Iorio Gonçalves - 1º secretário
Laércio Armesto - 1º tesoureiro
Nicolas Madureira Barbosa - diretor jurídico
Luís Fabiano Mendes - diretor de planejamento e infraestrutura
José Carlos de Almeida - diretor de comunicações
Paulo Ferreira Luz - diretor de organização política e sindical
Mário Augusto Bernardes - diretor de convênios
Eduardo Alexandre Teixeira Requejo - diretor de esportes
Solange Martins de Oliveira Fernandes - diretora social e cultural

Conselho

Adelson Pereira Gaspar
Paulo Afonso Filgueiras Júnior
Paulo Sampaio Mercadante Filho
Alessandro Muniz Barreto

Redação

Camila Marques, José Carlos de Almeida,
Luiz Milito, Silvio Realle e Rosângela dos Santos
Jornalista responsável:
Camila Marques MTB 34.448

Diagramação: www.cassiobueno.com.br
Impressão: Gráfica Diário do Litoral -
Tiragem: 5.500 mil exemplares

Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo - Assojubs

Assojubs Santos -
Av. São Francisco, 276/278, Centro,
Fone: 3223-2377 - 3223-5278
Assojubs São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11,
Parque Bitaru, Fone: (13) 3468-2665
Assojubs São Paulo - Rua da Glória, 152, Cj. 42, Liberdade,
Fone: (11) 3101-6085
e-mails: faleconosco@assojubs.com.br - secretaria@assojubs.com.br
www.assojubs.org.br

ESPAÇO DO LEITOR

Este é um espaço dedicado aos leitores de "O Processo" para que se expressem de diferentes formas, seja através de opiniões, poesias e crônicas.

Vencer sempre!

Por Michel Iorio Gonçalves

Mais uma perda para o Poder Judiciário da Comarca de Cubatão. O servidor Edmilson de Oliveira Pereira, nascido no município em 4 de março de 1960, e que nos deixou no mês de junho, gostava de carros antigos, usava de sua criatividade para fazer inúmeras invenções em casa, deixando sua esposa de cabelos em pé.

Muito querido pelos colegas de cartório e de Fórum, era funcionário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo desde 8 de outubro de 1984. Escrevente técnico judiciário, fez parte dos movimentos grevistas e exerceu sua função no 2º Ofício da Comarca de Cubatão até o dia 26 de junho de 2014, quando pediu para faltar numa sexta-feira e não mais voltou.

Sua paixão era o futebol. Torcedor do Santos Futebol Clube, organizava jogos no quintal de casa com a molecada do bairro, jogava com paixão e profissionalismo. Participou de diversos torneios com o antigo "Lex Jus". Quando disputava era para ganhar e não admitia voltar sem o troféu do Festival de Futebol Society organizado pela Assojubs.

Faleceu no domingo, dia 29 de



junho, deixando a esposa Elza Maria Andrade, agente administrativo judiciário do 1º Ofício Criminal de Cubatão e associada da Assojubs, e os filhos Fernanda, Edney e Eddy, colegas de fórum e este amigo que vos escreve.

Michel Iorio Gonçalves é escrevente técnico judiciário da Comarca de Cubatão, 1º secretário da Assojubs e coordenador geral do Sintrajus

EM ILHABELA E CARAGUATATUBA

**ALUGUEL -
DIÁRIAS, FINS
DE SEMANA E
FERIADOS**

Condições
especiais para
associados
da Assojubs

Pousada
 Chalé
 Casa

Descontos em
passeios de lancha e
jipe pela região

Tratar com Renato (Rato)
Fones: (12) 99235.8325
rato.santista@hotmail.com

Condições de trabalho

Impasse em relação ao novo prédio do Fórum de Itanhaém, ao que tudo indica, começa a ser solucionado

Por problemas de gestão entre o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, o impasse em relação ao novo prédio do Fórum de Itanhaém para a ampliação da estrutura judiciária no município, ao que tudo indica, começou a ser solucionado. O imóvel novo, pronto para uso desde 30 de setembro de 2013, visando a melhor acomodação dos servidores e atendimento aos jurisdicionados, começou a ser ocupado apenas agora no mês de agosto, coincidentemente – ou não - após a visita da Diretoria da Assojubs e Sintrajus (na manhã de 25/7) à Comarca.

O problema ocorrido foi em relação à ocupação do imóvel quanto à utilização das salas pelo TJ e MP, o que decorreu na divergência entre os órgãos. O caso vinha impossibilitando uma melhoria nas condições de trabalho aos cerca de 120 servidores que desempenham diferentes serviços dentro do Poder Judiciário na Comarca.

O pouco espaço observado nas unidades cartorárias por conta da crescente demanda processual, recorrente em mui-

tos fóruns do Estado, se estende a Itanhaém. Um dos pontos críticos na Comarca é o setor técnico, local de trabalho dos assistentes sociais e psicólogos, extremamente pequeno, com seis computadores para nove funcionários, cujo acesso é por uma escada estreita, sem corrimão para auxiliar a subida ou descida. Houve recente troca de equipamentos, mas não há espaço disponível para alojar o material já existente e o recebido.

Atualmente, a seção destinada ao atendimento das famílias não é no lugar que ficam as máquinas, mas é igualmente pequena, sem falar no local de espera, um corredor apertado com apenas um banco para aguardar ao chamado. Segundo apurado pelos diretores da Assojubs na Comarca, Paulo Ferreira Luz (Organização Política e Sindical) e Fabiana da Silva Yaia Melo (regional), uma sala de atendimento foi destinada para o setor técnico no novo prédio.

Outra situação reclamada pelos servidores em Itanhaém é a falta de climatização em muitas



O novo prédio do Fórum da Comarca de Itanhaém, pronto para uso desde setembro de 2013, começou a ser ocupado somente agora no mês de agosto

unidades do fórum. A cada verão o sofrimento se repete por conta das altas temperaturas registradas, principalmente nos últimos anos. Nas salas onde não há aparelhos condicionadores de ar, os ventiladores estão quebrados ou danificados, fazendo com que os trabalhadores tenham que levar seus próprios equipamentos.

Ao ser indagado pela Assojubs e Sintrajus em reunião realizada no dia 28 de julho, Valdir Ricardo Lima Pompêo Marinho,

responsável pela Diretoria do Departamento de Administração da 7ª Região Administrativa Judiciária, da qual faz parte Itanhaém, afirmou que o juiz assessor Fernando Figueiredo Bartoletti, da Presidência do Tribunal de Justiça, havia lido sobre um acordo entre TJ e o MP, o que parece ter se confirmado, pois os setores do Protocolo, Distribuidor e Colégio Recursal da Comarca já foram transferidos para o novo imóvel.

A Assojubs foi representada nessa reunião com Marinho, que também é juiz diretor do Fórum de Santos, por Alexandre dos Santos, presidente, e Silvio José Realle, diretor de Tesouraria. O Sintrajus se fez presente com seu coordenador geral, Michel Iorio Gonçalves. O responsável pelo Daraj 7 contou com o auxílio de Leni Vasconcelos da Silva, supervisora de serviço da Administração Geral da Comarca de Santos.

Reunião do Núcleo de Aposentados da Assojubs

10 de setembro - 16 horas

Tema: Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe)

Com o professor Guilherme Nascimento, do Capesp e da Comissão Consultiva Mista do Iamspe da Baixada Santista e Litoral Sul



Confirme sua participação: secretaria@assojubs.com.br ou pelo telefone (13) 3223-2377
Local: Assojubs Santos - Av. São Francisco 276/278, Centro

Reunião entre TJ e representantes

Nalini apresenta pagamentos da GDAC, progressão e fala em ampliar número de servidores para receber atrasados

Após quase quatro meses da pauta de reivindicações da categoria ser protocolada (24/3) junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o presidente do Órgão, desembargador José Renato Nalini, recebeu a Assojubs e demais entidades representativas dos servidores no dia 16 de julho para retomar com as tratativas. E apesar de ser uma mesa de negociação, muito pouco se discutiu, apenas foram apresentadas as inserções na folha de julho, com pagamentos em agosto, da Gratificação de Desempenho por Atividades



O vice-presidente da associação, Luiz Milito, questiona os magistrados

Cartorárias (GDAC), atingindo cerca de sete mil agentes, e o crédito da Avaliação de Desempenho (progressão/promoção). Além disso, o anúncio da manutenção dos pagamentos dos atrasados, férias (sete dias ao mês) e licenças-prêmio (nove dias), e a viabilidade de uma medida para dobrar o número de funcionários contemplados.

No mais, Nalini alegou o mesmo problema de falta de dotação orçamentária para quitar os débitos com a categoria e fez um balanço - em sua avaliação, positiva - de suas ações frente ao TJ em "benefício" aos servidores desde o início de sua gestão. Sobre o restante dos itens da pauta que envolvem dinheiro, se limitou a dizer que irá "pensar no fatiamento das reivindicações e verificar o que é possível".

O presidente ressaltou o pagamento da data-base em dia, a extensão da GDAC, a majoração do auxílio saúde (um aumento de R\$ 100,00, mas que não chega ao pedido pela categoria), o direito de voz dos

representantes nas sessões do Órgão Especial do Tribunal, a manutenção dos canais para denúncias referentes aos casos de assédio moral, a retomada dos trabalhos da Comissão de Insalubridade, da qual a Assojubs faz parte com Luiz Milito (vice-presidente), o apoio ao pleito dos oficiais de justiça, e as três visitas ao Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) em defesa dos projetos de interesse do Judiciário que tramitam na Casa.

Adicional de Qualificação

Sobre o Adicional de Qualificação, que consta da Lei nº 1.217/2013, o desembargador informou que são 21.700 servidores que fazem jus ao referido pagamento, mas não precisou quando será implementado. Nalini destacou que durante a avaliação do TJ para validação dos diplomas de graduação, a Procuradoria Geral do Estado questionou qual seria a base de cálculo do AQ, que deve ser sobre o salário base e não sobre os outros vencimentos. A situação



Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs, em sua explanação na reunião com o TJ

segue inalterada, por enquanto. Foi proposta pelos representantes a realização de reuniões específicas para discussões do tema no intuito de buscar soluções - um encontro já aconteceu em 23 de julho e o posterior, que seria em 5 de agosto, foi cancelado.

Plano de Saúde

O presidente revelou que o TJ estuda a possibilidade da implantação de um plano de saúde para os servidores nos moldes do que atualmente é praticado no Ministério Público e indicado pelo Conselho Nacional

de Justiça (CNJ). Rebatendo sua apresentação, os representantes explanaram que os servidores deliberaram, em Assembleia Geral, pela majoração e não por um possível convênio médico, dado que cada um já dispõe de seu plano ou faz uso do auxílio para a compra de medicamentos.

Nalini esclareceu que se o CNJ dispuser que o plano de saúde deve ser implantado, ele deve seguir a orientação, mas que, por agora, é apenas um estudo.

Oficiais de justiça

Como esteve reunido com

Remoção 2014

Assojubs segue no trabalho do Comitê de Gestão Permanente do Processo

A Remoção, uma conquista histórica da luta dos servidores do Judiciário Paulista, reivindicada por anos junto ao Tribunal de Justiça pelas entidades representativas da categoria, chegou em 2014 em seu segundo processo, um trabalho do qual a Assojubs, representada por Alexandre dos Santos, presidente da associação,

faz parte.

Com reuniões periódicas - no Fórum João Mendes, na Capital - do Comitê de Gestão Permanente, o Processo de Remoção para o cargo de escrevente técnico judiciário já teve publicado, no mês de agosto, a lista definitiva e as orientações para os servidores ao assumirem seus

postos de trabalho nas comarcas escolhidas.

Para os cargos de oficiais de justiça, psicólogos, assistentes sociais, contadores e agentes administrativos, o trabalho realizado pelo Comitê de Gestão Permanente está em fase de análise dos recursos encaminhados pelos servidores pleiteantes das remoções.

Fazem parte do Comitê de Gestão Permanente do Processo de Remoção 2014, além da Assojubs, com seu presidente, Elisabete Borgianni (AASPTJ-SP), José Gozze (Assetj), Mário José Mariano (Apatej), Adolfo Benedeti (Assojuris) e Maurício Queirós (Affocos).

Pelo Tribunal, participam do

processo Maria Fernanda de Toledo Rodvalho (juíza assessora da Presidência), Pedro Cristóvão Pinto (secretário da Primeira Instância), Elaine Ruy Magalhães (secretária Judiciária), Tarcísio dos Santos (secretário da Área da Saúde) e Lilian Salvador Paula (secretária de Planejamento de Recursos Humanos).

uma Comissão de Oficiais de Justiça (11/7), Nalini afirmou que a proposta apresentada pelos servidores sobre a atualização nos valores das diligências ser pela Ufesp, que é corrigida anualmente, e no valor de três Ufesp (R\$ 20,14 X 3= R\$ 60,42), segue em análise pelo TJ.

O magistrado também declarou que a Presidência abriu um canal de comunicação entre a Comissão dos Oficiais e a Corregedoria Geral da Justiça para a discussão em relação a essa mudança na majoração das diligências e a reformulação das Normas de Serviço. Já houve uma reunião entre os servidores e o corregedor, desembargador Hamilton Elliot Akel, em 17 de julho.

PLCs de interesse do TJ

De acordo com Nalini, muitos deputados o orientaram a retirar os projetos de interesse do Tribunal que tenham perdido o sentido por estarem parados na Alesp há muito tempo, mas o presidente se recusou e reforçou a necessidade de aprovação de alguns deles durante suas visitas ao Colégio de Líderes este ano.

Os Projetos de Lei Complementares que tramitam na Alesp direcionados aos servidores são os seguintes: 56/2013 (propõe o requisito de nível universitário para ingressar no cargo de oficial de justiça), PLC 12/2014 (transforma os cargos e as funções de agente administrativo judiciário em cargos de escrevente técnico



O presidente, José Renato Nalini, entre Afonso de Barros, juiz assessor, e o desembargador Malheiros

judiciário), 6/2013 (cria cargos de assistentes sociais e psicólogos), 30/2013 (dispõe sobre a concessão da perda inflacionária acumulada em 10,55% anterior a março de 2013) e 42/2013 (acrescenta dispositivo na Lei Complementar nº 1.111/10, sobre o Plano de Cargos e Carreiras, possibilitando aos servidores se licenciarem para tratamento de saúde, no limite de 45 dias por ano, ou ausências em virtude de consulta ou sessão para tratamento de saúde nos termos da LC 1.041/08, sem prejuízo a progressão funcional).

Aposentadorias, faltas e condições de trabalho

As entidades protocolaram durante a reunião um expediente sobre a questão da contagem de tempo dos servidores que tiveram afastamentos por licença médica. A questão está sob análise da Comissão Salarial para emissão de parecer. Outro ponto citado foi o desconto de auxílios e atribuições de faltas em decorrência da greve dos metroviários no início de junho,

o que impossibilitou alguns funcionários de chegarem aos seus locais de trabalho.

Ainda foi colocada em discussão a situação precária de diversos prédios e comarcas devido à falta de condições de trabalho, como no caso de Atibaia (fórum interditado desde 19 de maio e com a retomada parcial das atividades, em um prédio alugado, desde 1º de agosto), Praia Grande e Peruibe.

Escola de servidores

Nalini ainda comentou acerca da Escola de Servidores, assim como existe a Escola Paulista da Magistratura, um pedido recorrente dos trabalhadores para atualização e especialização das atividades profissionais dentro do Judiciário. O presidente afirmou ser interessante a participação dos representantes nessa elaboração e implementação.

Comissão de Orçamento

Uma nova reunião da Comissão de Orçamento e Finanças, com membros das entidades e do TJ, deveria acontecer

após a reunião, mas ainda não foi marcada. Segundo Nalini, a tratativa é para lidar com transparência acerca dos valores pedidos e destinados às demandas dos servidores. O desembargador destacou que a respeito do adiantamento de verbas colocado em outra ocasião, não é viável, pois é proibido por lei e esbarra na improbidade.

Itens sem resposta

A maioria dos itens contidos na pauta de reivindicações ficou sem respostas, pois Nalini se ausentou da discussão (iniciada às 14h30), alegando motivos de trabalho, às 15h50. Quem prosseguiu com o encontro foi o desembargador Antônio Carlos Malheiros, já de volta às atividades após afastamentos por motivos de saúde. O magistrado fez anotações e se propôs a verificar e agendar as reuniões necessárias.

O único fator positivo após a saída de Nalini foi o compromisso de Malheiros em enfatizar com corregedor geral a desnecessária possível abertura de processo administrativo contra os servidores por suposta propaganda irregular para fazer campanha pelos seus candidatos durante a Eleição para o Conselho Consultivo Interinstitucional (CCI), ocorrido em junho, pois os mesmos não foram informados que tal atitude era proibida de acordo com as normas do pleito.

Em relação à CCI, ainda tra-

tada na reunião, merece crítica a cassação da eleição da servidora Silvana Medalla, em decisão divulgada pelo Diário da Justiça Eletrônico de 15 de julho por suposta propaganda irregular, o que abrange os casos dos servidores acima citados.

Presentes

Além da Assojubs, representada por Alexandre dos Santos (presidente), Luiz Milito (vice-presidente) e Silvio Realle (diretor de Tesouraria), participaram Assetj, Aojesp, Apatej, Assojuris, AASPTJ-SP, Aecoesp, Affocos, Affi, Afma, Fespesp, Sintrajus, Ajusp, Sinjuris, Sindjesp ABCDMRR, ASJCOESP, Fenasj, ANSJ, Sindjesp Caieiras, Assojasp, Assejus, Sojesp e Sindjesp Região Metropolitana SP.

Pelo TJ, além de Nalini e Malheiros, estiveram presentes o juiz coordenador assessor da Presidência, Afonso de Barros Faro Júnior, as juízas assessoras para Recursos Humanos, Maria Fernanda de Toledo Rodvalho e Maria de Fátima Pereira da Costa e Silva, as secretárias Lillian Salvador Paula (Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos - SPRH), Diva Elena Gatti da Mota Barreto (Secretaria de Gerenciamento de Recursos Humanos - SGRH), a secretária de Orçamento e Finanças (SOF), Helena Yaeko Fujita Azuma e Rosangela Sanches, coordenadora de Imprensa do TJ-SP.

Lei nº 1.217/2013

Entidades e Tribunal em discussão sobre o Adicional de Qualificação

Na tarde do dia 23 de julho, a Assojubs e demais entidades representativas dos servidores estiveram reunidas com o desembargador Antônio Carlos Malheiros no Fórum João Mendes, região central de São Paulo. Na pauta, o Adicional de Qualificação (AQ), válido pela Lei nº 1.217/2013, ainda não imple-

mentado pelo Tribunal Justiça.

Segundo o TJ informou a Alexandre dos Santos e Silvio José Realle, presidente e diretor de Tesouraria da Assojubs, e aos dirigentes, cerca de 21.700 diplomas de 700 áreas de graduação diferentes foram apresentados, mas apenas 9.187 estão validados.

Da discussão, foi proposto pelos representantes a publicação dos nomes dos servidores com os diplomas validados no mês agosto para pagamento em outubro. Em relação à forma de aplicação do Adicional de Qualificação, as entidades defenderam que seja nos termos da Lei, ou seja, sobre a totalidade dos

vencimentos.

Malheiros se comprometeu a apresentar as propostas ao presidente do Órgão, desembargador José Renato Nalini. Um novo encontro foi agendado para 5 de agosto, mas, no dia anterior à data, foi cancelado pelo TJ, sem previsão de remarcação.

Além da Assojubs e de Ma-

lheiros, participaram da reunião Michel Iorio Gonçalves (Sintrajus), José Gozze (Assetj), Mário José Mariano (Apatej), Adolfo Benedeti (Assojuris), Maurício Queirós (Affocos), Maria Fernanda de Toledo Rodvalho (juíza assessora da Presidência) e Diva Elena Gatti (secretária de Recursos Humanos).

Campanha Salarial 2014



5 de setembro - 13 horas - Praça João Mendes (SP)

Pauta de Reivindicações (protocolada junto ao Tribunal de Justiça em 24 de março)

Itens prioritários:

1) Reposição das perdas salariais de 9,42% (estimativa), calculadas com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), para o período de março/2002 a fevereiro/2014; Pagamento imediato da reposição de 4,77%, com juros e correção, não aplicados sobre os vencimentos de março a novembro de 2010. E 1,5% com juros e correção de março a agosto de 2011. **(contemplado com a reposição de 6%)**

2) Pagamento imediato de 2,5% de reajuste, conforme consta no PLC 30/2013.

3) Majoração imediata do valor do Auxílio Saúde para R\$250,00. **(cumprido parcialmente em agosto com o aumento para R\$ 200,00)**

4) Extensão da Gratificação de Desvio de Atividades Cartorárias (GDAC) a todos os Agentes indiscriminadamente. **(cumprido com a extensão da GDAC a todos os agentes com pagamento desde agosto)**

5) Cumprir a Lei Complementar nº 1.217/13. Adicional de Qualificação (AQ), retroativo aos Agentes desde 1/12/2013 e o pagamento referente à Pro-

gressão Anual já ocorrida. **(parcialmente cumprido com o pagamento em agosto do valor correspondente às avaliações 2013/2014)**

6) Ações concretas junto à Alesp para aprovação: a) Do PLC nº 56/13 - Nível Universitário para os Oficiais de Justiça; b) Do PLC nº 06/13 - Criação de Cargos para Assistentes Sociais e Psicólogos; c) Do PLC nº 42/13 - Considerar a licença saúde e falta médica como de efetivo exercício; d) Do PLC nº 12/14 - Transformação do Cargo de Agente Administrativo para Escrevente.

Itens Gerais: Direitos

1) Redução da jornada de trabalho para 06 (seis) horas, no limite de 30 (trinta) horas semanais, com 02 (dois) turnos de trabalho, sem redução dos salários e/ou vencimentos e com isonomia entre os servidores do quadro atual.

2) Concursos públicos em regime de urgência para o preenchimento imediato de todos os cargos vagos.

3) Reconhecimento pelo Tribunal de Justiça das comissões

de Prédios, de Fóruns, de Comarcas, ou outras formas de organização por local de trabalho, com a liberação dos membros eleitos para a realização das reuniões e atividades, sem descontos nos vencimentos.

4) Estabelecimento de cronograma de reuniões entre representantes dos trabalhadores e Comissão de Orçamento para acompanhamento da execução do orçamento anual, e intervenção na elaboração do Orçamento.

5) Direito a voz dos representantes e entidades de classe nas reuniões do Órgão Especial do TJSP, em relação às questões administrativas ou de interesse da classe. (parcialmente, ocorrendo apenas por uma vez, sendo positiva)

6) Fim do Assédio Moral. Estabelecimento de canais dedicados, exclusivos e de composição paritária, com a finalidade de apurar as denúncias e encontrar soluções. Realização de campanhas contra o assédio moral, com possibilidade de divulgação e conscientização nos cartórios pelos representantes dos trabalhadores.

7) Licença paternidade de

30 dias.

8) Licença maternidade e paternidade para todos servidores adotantes. O TJ concederá licença remunerada de 180 dias às trabalhadoras e trabalhadores que se tornarem mães e pais adotantes de crianças e adolescentes, a partir da data da decisão judicial confirmatória dessa situação nos termos da lei.

9) Extinção das terceirizações e privatizações no Tribunal de Justiça, inclusive para as atividades de portaria, fiscalização, segurança e vigilância: a) Extinção das nomeações "ad hoc"; b) criação de comissão paritária (TJ-SP/trabalhadores) para reexame e análise de todos os contratos existentes no Tribunal que versem sobre terceirização de serviços cujos cargos públicos já existem, a exemplo da Vigilância, Limpeza, Transportes e outros; c) Fim das contratações de estagiários.

10) Desligamento imediato dos funcionários não concursados ocupantes de cargos em comissão ou confiança e substituição por servidores ocupantes de cargo efetivos.

11) Rediscussão dos critérios de aplicação da avaliação de

desempenho, com participação dos funcionários inclusive com adoção de avaliação das chefias pelos subordinados.

12) Fim da livre nomeação para os cargos de chefia, com preenchimento das vagas de acordo com a Lei Complementar 1111/10, artigo 29.

13) Aplicação imediata pelo Tribunal de Justiça, em âmbito administrativo, de questões já decididas por Cortes Superiores do País, com o imediato enquadramento salarial e o pagamento dos valores devidos, evitando-se ações judiciais tais como art. 37, inciso X, da Constituição Federal, e sexta-parte.

14) Regulamentação do uso do banco de horas:

I) Horas extras: pagamento das horas extras, a partir desta pauta, em pecúnia com acréscimos legais (50% na continuidade da jornada normal e 100% aos sábados, domingos, feriados e adicional noturno).

II) Horas credoras: a) Banco de horas credoras existente a critério do funcionário, pagamento em pecúnia ou uso do saldo como horas credoras; b) Pagamento imediato do saldo do banco de horas nos casos

de aposentadoria e exoneração, bem como pensionista nos casos de falecimento. c) Pagamento do auxílio alimentação proporcional à jornada diária de trabalho, quando o servidor usufruir do seu saldo de horas.

15) Pagamento de hora-extra ou saldo de horas credoras, na forma do item anterior, quando ocorrer excesso de jornada para realização de serviços, cursos ou treinamentos, de interesse do Tribunal. Pagamento do valor das diárias devidas, em até cinco dias, quando a realização destas atividades implicar em deslocamento para comarca diferente daquela de lotação do servidor.

Saúde e Condições de Trabalho

16) Instituição de normas de participação dos trabalhadores nas decisões relacionadas à Saúde e Condições de Trabalho, nos moldes das CIPA's, com representantes eleitos, indicados em assembleias regionais ou por prédios. **(parcialmente cumprido com a criação da Comissão de Insalubridade, falta um cronograma de reuniões para efetivar ações)**

17) Liberação do ponto para atendimento médico.

18) Intervalo de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados em digitação para descanso e prática de ginástica laboral. Campanha de conscientização de servidores, gestores e magistrados.

19) Criação de ambulatórios médicos, odontológicos e psicossociais nas unidades de trabalho ou locais próximos para atendimento aos servidores extensivo aos aposentados e pensionistas.

20) Melhores condições de trabalho. Fornecimento, pelo Tribunal, de instalações, instrumentos, equipamentos, materiais necessários para melhoria do desempenho das funções e atendimento das necessidades dos funcionários e aquisição de novas unidades de trabalho.

Instalação de banheiros adequados, climatização das unida-

des e fornecimento de água potável. Melhorias nas condições de segurança geral dos prédios.

21) Licenças médicas: a) publicação imediata no DJE das licenças médicas concedidas. Fim imediato da recusa de atestados e laudos médicos por parte dos peritos em todo o Estado, ou seja, o médico perito do TJSP não poderá recusar o laudo médico e a perícia de médicos especializados do paciente servidor; b) necessidade de perícia médica somente a partir do 16º dia de afastamento, conforme Regime Geral da Previdência (INSS); c) Que faltas e licenças médicas não sejam consideradas como critério de exclusão para o acesso à licença-prêmio e quinquênios, ou seja, não sejam contabilizadas nas 30 faltas permitidas a cada cinco anos.

Salários

22) Aumento real dos vencimentos, remuneração e salários, equiparando-se aos servidores públicos da Justiça Federal.

23) Reajuste nos valores dos auxílios: a) Auxílio transporte no valor de quatro (4) conduções por dia, tendo por base o valor da tarifa da Capital Paulista; b) Auxílio saúde no valor de R\$ 400,00 para o titular e 50% por dependente; c) Auxílio creche-escola reajustado pelo INPC anual e que sua concessão seja extensiva às crianças/adolescentes até a conclusão do Ensino Médio; d) Auxílio alimentação. **(só o auxílio saúde foi contemplado parcialmente para R\$ 200,00 – e ainda informou que esta analisando a proposta de um plano de saúde)**

24) Pagamento imediato do saldo dos créditos funcionais dos servidores, tais como FAM (com cronograma de pagamento), férias, licença-prêmio e todos os outros direitos funcionais. Pagamento de direitos ou benefícios na folha de pagamento seguinte à aquisição/concessão sem parcelamento. Retomada dos pagamentos das verbas indenizadas no mesmo patamar que vinha

sendo realizada na gestão anterior. **(parcialmente cumprido, manteve os pagamentos de férias e indenizações ampliando o número de servidores que recebem)**

25) Incorporação aos salários dos servidores ativos, aposentados e pensionistas de todos os valores recebidos como auxílio alimentação e auxílio transporte.

26) Pagamento imediato dos valores decorrentes das progressões adquiridas e previstas na Lei 1111/10 (Plano de Cargos e Carreiras).

27) Instituição de piso salarial para o quadro funcional do TJSP, baseado no valor do salário mínimo (para uma família de quatro pessoas) calculado e divulgado pelo Dieese (Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) que atualmente é de R\$ 2.729,24 (outubro - 2013).

Questões Específicas

28) Criação/equiparação dos cargos de escrivão 1 e 2 nas unidades da Administração geral das comarcas inicial e intermediária.

29) Pagamento de adicional de insalubridade, periculosidade e penosidade para cargos, funções e atividades que impliquem em risco à saúde e segurança do servidor.

30) Inclusão na Escola de Servidores de programas de supervisão e capacitação aos servidores com participação dos representantes eleitos na elaboração. **(cumprido com a criação da EJUS - Escola de Servidores)**

31) Comissões paritárias com representantes do Tribunal e representantes dos trabalhadores, eleitos em assembleia, ou indicados pelos funcionários, para solução de problemas relativos aos diversos segmentos existentes no Tribunal, entre outros: a) Oficiais de Justiça; b) Agentes de Segurança; c) Assistentes Sociais e Psicólogos; d) Escreventes; e) Agentes; f) Contadores; g) Escrivães; h) Agente de Fiscalização. **(parcialmente cumprido com as reuniões com representantes da Comissão dos Oficiais de Justiça)**

32) Fim do "cartorião". Fim da criação de novas varas sem que haja funcionários suficientes para o seu funcionamento, designados e lotados exclusivamente para as novas varas.

33) Fim das revistas nos servidores.

34) Equiparação salarial dos Assistentes Sociais e Psicólogos - através de Gratificação Judiciária - com os peritos da área de saúde do pessoal do TJSP, como médicos e enfermeiros.

35) Criação de PLC que con-

temple o nível universitário para o cargo de Escrevente Técnico Judiciário.

36) Criação da gratificação aos Escreventes Chefes que exercem cargos de Oficial Maior e pela substituição do supervisor/coordenador.

37) Instituição de gratificação específica para Escrevente Técnico Judiciário em razão da atividade.

38) Oficiais de Justiça: a) envio de PLC à Assembleia Legislativa de isenção de ICMS na aquisição de veículos; b) Instituição de Regime Especial de Trabalho e Aposentadoria Especial.

39) Equiparação da gratificação de Assistentes Judiciários de 1º Grau ao de Assistente Jurídico.

40) Instituição de políticas que viabilizem nomeação de Agentes Administrativos Judiciários para cargos de chefia e supervisão nas Comarcas do Interior do Estado de São Paulo a exemplo da Capital.

41) Alteração da Lei do Fundo Especial de Despesas para que possa ser destinado na recomposição das perdas salariais.

42) Envio de PLC à Assembleia Legislativa pelo não desconto de auxílios em razão de férias e faltas médicas consideradas como dias de efetivo exercício.

Assembleia Estadual dos Oficiais de Justiça

5 de setembro - 10 horas - na Capital (SP)

Oficiais de justiça

Comissão obtém conquista histórica: é reconhecida pela Corregedoria como legítima representante dos servidores da função

Eleita na Assembleia Estadual dos Oficiais de Justiça, realizada em 21 de maio, em São Paulo, a Comissão Geral, com membros de diferentes regiões do Estado, tanto da Capital como Interior e Baixada Santista, obteve uma conquista histórica para a categoria: o reconhecimento da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça como legítima representante dos servidores da função e a abertura para discussão em relação a todo assunto envolvendo a carreira.

As tratativas com o TJ já somam três reuniões, uma com o presidente do Órgão, desembargador José Renato Nalini, e duas com a Corregedoria, sendo uma com a participação do corregedor, desembargador Hamilton Elliot Akel, todas ocorridas no Palácio da Justiça, sede do Poder Judiciário, na Capital. A Comissão Geral dos Oficiais de Justiça, entre outros integrantes, é composta pelos representantes Sônia Imaculada Silva (Ribeirão Preto), Marilda Lace (Barra Funda), Emerson Luiz Ferreira Franco (Atibaia), Mário Neto (Piracicaba), Cássio Ramalho do Prado (Campinas), Luiz Milito (Execuções Fiscais) e Rosângela dos Santos (Santos), respectivamente vice-presidente e secretária geral da Assojubs.

Discussão com a Presidência

Da reunião com a Presidência, na tarde de 11 de julho, José Renato Nalini reiterou que é favorável ao Projeto de Lei Complementar 56/2013 (propõe o requisito de nível universitário para ingressar no cargo de oficial de justiça),

mas reafirmou que depende de mais verbas no orçamento, além de destacar que é do Legislativo a responsabilidade de colocar o PLC em votação.

Sobre a falta de recursos, a Comissão justificou ao presidente que o TJ pode custear o projeto assim que houver a aprovação pela Assembleia Legislativa (Alesp), pois como a Lei 14.943/13 permite que os recursos do Fundo Especial de Despesas possam ser utilizados para pagamentos decorrentes do cumprimento de decisões administrativas, auxílios alimentação, creche e funeral, o Tribunal pode usar o dinheiro do FE para essas indenizações e deixar as verbas do Tesouro para o PLC 56.

Ao ouvir o argumento da Comissão, explanado por Sônia Imaculada, Nalini pediu que a Comissão apresentasse um documento comprovando tal viabilidade, um estudo detalhando como é possível usar os recursos do Fundo Especial para cobrir o impacto financeiro do PLC 56.

Tratativa com o corregedor

O corregedor, desembargador Hamilton Elliot Akel, recebeu a Comissão de Oficiais de Justiça, sem assessores, em 17 de julho. O magistrado ressaltou que a proposta da indexação do valor da diligência paga em Ufesp e a correção imediata do valor, anteriormente apresentado a Nalini, foram bem recebidas pela Presidência, como proposta inovadora, e que tanto ele quanto o gestor do Tribunal concordam com o reajuste atual e a majora-



Comissão reunida com o presidente do TJ, desembargador José Renato Nalini

ção anual automática.

O proposto em relação à majoração das diligências pagas é de três Ufeps (no caso, R\$ 20,14 x 3 = R\$ 60,42) como indexador na atualização em vez de gasolina, como acontece atualmente. O desejo da Comissão era sair da reunião já com o valor decretado, por isso foi feita a pressão, mas Akel afirmou que não poderia fechar a questão antes de falar com o juiz assessor responsável pela matéria acerca dos oficiais de justiça.

Foi apresentado ainda o Manifesto de Apoio da Ordem dos Advogados do Brasil-Piracicaba e explicado ao corregedor como funciona o quesito diligência paga e que, caso não tenha sido usada, em quatro meses será incorporada provisoriamente ao Fundo Especial e definitivamente após cinco anos o que aumentaria o caixa do FE para o TJ. Ou seja, todos sairiam ganhando. Cássio Ramalho destacou o trabalho de pesquisa

sólido para chegar ao valor proposto, elaborado por Emerson Luiz. Akel solicitou o envio do documento ao juiz assessor.

Os oficiais frisaram que querem ser consultados antes da divulgação do reajuste, para concordância ou rediscussão caso não seja o ideal. O corregedor se comprometeu a tratar o assunto com a máxima urgência, pois há consenso da Presidência.

Akel disse que solicitou ao juiz assessor Ricardo Tseng Kuei Hsu para fazer um estudo sobre a revisão das Normas de Serviço da Corregedoria que dizem respeito à função dos oficiais de justiça, já em andamento. Expôs que não deixará de ouvir os servidores e, por isso, pediu uma cópia do trabalho feito pelos representantes para ser repassado a ele.

A questão do parágrafo único do artigo 1.076 das Normas de Serviço demanda, na opinião do corregedor, de maiores explana-

ções que serão observadas quando da discussão do trabalho todo, apresentado pelos oficiais.

Nessa reunião com o corregedor, os oficiais relataram casos de violência enfrentados por eles e por colegas, o que pareceu assustar Akel, que perguntou se não oficiavam pedindo o auxílio da força policial. Os servidores esclareceram que quando se sabe que será um trabalho de risco, como uma reintegração de posse, há tempo para fazer o ofício, mas quando se está em serviço e ocorre uma situação inesperada, não dá para contar com a ajuda célere da Polícia Militar para manter a segurança. Foi chamado pelo magistrado o coronel Washington L. G. Pestana, chefe da Assessoria da PM junto ao TJ, em seu gabinete.

Surgiu, então, a proposta de criação de um número específico - como o 167 - para que os oficiais possam ser atendidos prontamente pela PM, pois significaria essa

situação de risco inesperado. A Comissão informou que dispunha de um dossiê sobre os casos de violência e o coronel solicitou que lhe fosse apresentado, se colocou à disposição para uma reunião de discussão e reforçou que o documento servirá para justificar a criação desse número junto ao Comando da Polícia, bem como evitar meses de debate para o acolhimento do pedido.

Resolução 153 do CNJ

Uma nova reunião com a Corregedoria foi realizada em 5 de agosto, mas sem a participação de Hamilton Elliot Akel que já havia dito à Comissão que somente estaria presente quando pronto o trabalho de revisão das Normas de Serviço, apenas para assinar. As tratativas foram com os juízes assessores Rubens Hideo Arai e Ricardo Tseng Kuei Hsu, os técnicos funcionários José Augusto (Diretoria da Corregedoria Geral da Justiça - Digoge), Renata Germano e Fábio Makoto Tagliaferro (Secretaria de Primeira Instância – SPI).

A convocação foi para saber as sugestões e propostas da Comissão sobre o atendimento da Resolução 153 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que os Tribunais garantam o recebimento antecipado do valor necessário para o custeio de diligências gratuitas.

Os representantes reforçaram que é um tema muito complexo e requer um debate maior para buscar as opiniões de todos os oficiais e que a Comissão tem essa responsabilidade de não apresentar propostas que não tenham sido discutidas pela categoria, pois a definição sobre o tema tem que ser ampla e coletiva e, para isso, deve haver uma Assembleia Estadual, pois essa é a instância máxima de deliberação.

Diante disso, os juízes afirmaram que a possibilidade e hipótese de uma proposta de fixo “por

cabeça”, apenas com a divisão matemática da verba destinada ao pagamento das diligências gratuitas entre todos de forma equânime, não é de agrado da Corregedoria, inclusive Akel é contra. Isso, segundo eles, cometeria uma injustiça entre os oficiais, já que cumprem quantidades diferentes de mandados.

Os oficiais argumentaram que a discussão deve ser mais ampla e que junto com a Resolução 153 devem ser debatidas as propostas de alterações nos critérios e formas de pagamento das diligências, entre outras ideias, as quais estão contidas no trabalho de reformulação das Normas de Serviço.

Hideo Arai e Tseng Kuei concordaram que não se deve só pensar na questão da antecipação, embora essa seja, no momento, a preocupação principal do TJ. Fizeram um grande elogio à forma como o texto da reformulação das Normas, apresentado pela Comissão, foi produzido, com as discordâncias e apontando como deveria ser cada artigo, no entendimento dos oficiais (lembrando que esse trabalho foi coletivo com a contribuição de muitos colegas e coordenado por Mario Neto).

Os servidores perguntaram qual o prazo que o TJ tem para responder ao CNJ e sobre a forma como será cumprida a Resolução 153. Os juízes afirmaram que já expirou e o TJ está pedindo prorrogação, mas o Conselho

não aceita o adiamento e está questionando a ausência de providências do Tribunal, julgando como falta de vontade em implementar. Diante disso, Rosângela dos Santos e os demais disseram que é pouco tempo para fazer um trabalho bem elaborado e com deliberação junto à categoria. Ficou acordado que poderia ser até o dia 10 de setembro e Hideo Arai pediu que os oficiais fizessem um requerimento para apreciação do corregedor e posterior comunicado para o CNJ.

Hideo Arai ressaltou que nada será decidido sem a presença dos servidores, pois a Corregedoria está valorizando - como nunca - os oficiais de justiça, com participação de Nalini, e o Tribunal está disposto a ouvir quem realmente entende da função.

O trabalho da Corregedoria foi dividido em duas etapas: a primeira com a definição sobre a Resolução 153, incluindo a questão das diligências gratuitas e pagas (três Ufesps) e unificação de critérios Capital e Interior. A segunda com a discussão sobre o restante das Normas. Diante disso, Luiz Milito, Sonia Imaculada e os demais reforçaram o que ficou acordado com Akel: que seriam feitas reuniões paritárias - membros da Comissão e Corregedoria - e Hideo Arai concordou em agendá-las, mas somente após resolver a questão da primeira etapa.

Com informações da Comissão Geral dos Oficiais de Justiça

Foto/Comissão Geral dos Oficiais de Justiça



Hamilton Elliot Akel, corregedor, durante a tratativa com os oficiais

PLC 56/2013

Pela aprovação do projeto, ações para pressionar o Legislativo e Executivo



Servidores em ato quando da passagem do governador Geraldo Alckmin por Santos, durante a inauguração do Museu Pelé

Seguindo uma das deliberações da Assembleia Estadual dos Oficiais de Justiça, realizada em 21 de maio, na Praça João Mendes, Capital, os oficiais de justiça da Baixada Santista vêm promovendo ações para pressionar o Legislativo e Executivo pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 56/2013 (propõe o requisito de nível universitário para ingressar no cargo).

E uma das últimas ações dos oficiais de justiça de Santos foi a abordagem, em 30 de julho, ao deputado Samuel Moreira (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, na Cidade por conta de um compromisso. Os servidores cobraram do parlamentar providências no sentido de incluir na pauta de votação do dia o PLC que já tramita na Alesp em regime de urgência.

Oficiais de diferentes regiões do Estado se organizam para tais ações de pressão. Na Baixada Santista, além de reuniões com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) das Seções de Santos e Cubatão, ocorridas em 18 e 22 de julho, os servidores também buscaram apoio nas Câmaras Municipais de Santos (16/6), Cubatão (24/6) e São Vicente (26/6), que se dispuseram a encaminhar à Alesp moções em favor do PLC 56/13.

Quando da passagem de Al-

ckmin pela Baixada, os oficiais de justiça também fizeram barulho. No dia 15 de junho, data da inauguração do Museu Pelé, em Santos, os servidores marcaram presença, bem como quando o chefe do Estado acompanhou a visita da presidente de Dilma Rousseff (PT) à Cidade, em 26 de junho, para anúncios de mobilidade urbana à região.

Ainda no dia 26 de junho, em Praia Grande, o governador, ao inaugurar uma unidade do Poupapempo no município, recebeu de um grupo de oficiais de justiça a “Carta Aberta à População” em repúdio à administração do TJ-SP pela desvalorização de seus servidores, com relatos acerca das condições de trabalho e das perdas salariais acumuladas, além de explicações sobre as reivindicações da categoria.

Em relação aos deputados eleitos pela região, os oficiais de justiça abordaram Luciano Batista (PTB - estadual) e Beto Mansur (PRB - federal). Já os vereadores procurados pelos servidores foram Benedito Furtado (PSB), Marcelo Del Bosco (PPS), Antonio Carlos Banha Joaquim (PMDB) e Ademir Pestana (PSDB), parlamentares santistas. Na Câmara de São Vicente, Alfredo Moura (Pros), Paulo Lacerda (SDD) e Pedro Gouveia (PMDB) manifestaram apoio ao projeto.

Funcionalismo

Conheça os PLCs e PECS de interesse dos trabalhadores do Judiciário

Entre as atividades parlamentares, tanto na esfera estadual quanto federal, estão as apresentações de Propostas de Emendas à Constituição (PECs) e Projetos de Leis Complementares (PLCs), sendo algumas dessas proposituras de interesse dos trabalhadores do Judiciário Paulista. Fazem parte dos conteúdos, pagamentos das perdas inflacionárias, criação de cargos, mudança em alguns dispositivos que versam sobre os direitos dos funcionários, entre outras sugestões.

Saiba quais são e sobre o que versam as PECs e os PLCs:

De interesse dos trabalhadores do Judiciário que tramitam na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)

. **PLC 06/2013** - Dispõe sobre a criação de cargos de Assistente Social e Psicólogo.

. **PLC 30/2013** - Dispõe sobre os vencimentos dos servidores integrantes das classes regidas pela Lei Complementar nº 1.111/2010.

. **PLC 42/2013** - Acrescenta dispositivo na Lei Complementar nº 1.111/2010 considerando licença saúde até 45 (quarenta e cinco) dias por ano e as ausências em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 1.041/2008 (falta médica) como de efetivo exercício para fins de progressão.

. **PLC 56/2013** - Dispõe sobre o requisito de ingresso no cargo de oficial de justiça (nível superior) e altera dispositivos na Lei Complementar nº 1.111/2010.

. **PLC 12/2014** - Dispõe sobre a extinção e a transformação dos cargos de agente administrativo em cargos de escrevente técnico judiciário.

De interesse dos servidores públicos que tramitam na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)

. **PL 949/2014** - Concede prazo para que os servidores ativos e inativos que pediram sua exclusão do Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) optem por seu retorno e dá outras providências.

De interesse dos servidores públicos que tramitam na Câmara Federal

. **PEC 555/2006** - Acaba com a contribuição previdenciária de 11% dos inativos e pensionistas, que recebem acima do teto do INSS.

. **PEC 170/2012** - Garante proventos integrais ao servidor que se aposentar por invalidez.

Não fique só, fique sócio da Assojubs!



Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo

Ficha de Filiação - Associados Efetivos

Número: <input type="text"/>	
Nome: <input type="text"/>	
RG: <input type="text"/>	Nascimento: <input type="text"/>
CPF: <input type="text"/>	Estado Civil: <input type="text"/>
End.: <input type="text"/>	Nº: <input type="text"/> Complemento: <input type="text"/>
Bairro: <input type="text"/>	CEP: <input type="text"/>
Cidade: <input type="text"/>	Tel.: <input type="text"/>
E-mail: <input type="text"/>	Cel.: <input type="text"/>
Nextel: <input type="text"/>	ID: <input type="text"/>
Função: <input type="text"/>	Matrícula: <input type="text"/>
Lotação: <input type="text"/>	Cidade: <input type="text"/>
Pai: <input type="text"/>	Nascimento: <input type="text"/>
Mãe: <input type="text"/>	Nascimento: <input type="text"/>
Cônjuge: <input type="text"/>	Nascimento: <input type="text"/>
Dependente: <input type="text"/>	Nascimento: <input type="text"/>
Dependente: <input type="text"/>	Nascimento: <input type="text"/>
Dependente: <input type="text"/>	Nascimento: <input type="text"/>

Autorização

Nome:
 titular da conta corrente nº banco ag.

Autorizo a Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo a debitar mensalmente em minha conta corrente ou via Prodesp o valor equivalente à contribuição de associado: **1%** dos vencimentos brutos iniciais da respectiva carreira do quadro funcional dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como outros débitos comprovados e autorizados.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura

_____/_____/_____
 Ciente

 Presidente da Assojubs

Sede Santos - Av. São Francisco, 276/278, Centro, CEP 11013-202 - Tel.: (13) 3223-2377
 Sede São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, CEP 11310-350 - Tel.: (13) 3468-2665
 Sede São Paulo - Rua da Glória, 152, conj. 42, Liberdade, CEP 01510-000 - Tel.: (11) 3101-6085

secretaria@asojubs.com.br
www.asojubs.org.br

Esportes

III Festival de Futsal Kids Jubs e seus campeões

Na manhã do dia 2 de agosto a garotada do quadro associativo (dependentes) e de entidades convidadas esteve reunida na quadra do Ginásio Cais Colégio Santista, em Santos, para o III Festival de Futsal Kids Jubs, evento esportivo promovido pela Assojubs direcionado aos pequenos e jovens atletas entre 8 e 15 anos.

Com início às 9 horas, o III Festival de Futsal Kids Jubs teve jogos nas categorias sub 9 (8 e 9 anos), sub 11 (10 e 11 anos), sub 13 (12 e 13 anos) e 15 (14 e 15 anos). As equipes convidadas para o torneio foram o União Futsal, Marvin, Santa Edwiges e Portuários.

As premiações do III Festival de Futsal Kids Jubs foram entregues para as equipes vencedoras ao final de cada confronto. Todos os pequenos atletas receberam medalhas de participação e kits com lanche.

Os resultados do III Festival de Futsal Kids Jubs foram os seguintes:

Sub 15 - Assojubs 2 x 4 União Futsal

Sub 13 - Assojubs 0 x 6 Marvin

Sub 11 - Assojubs 6 x 3 Santa Edwiges

Sub 9 - Assojubs 5 x 4 Portuários



União Futsal, equipe campeã da categoria sub 15



Marvin, equipe campeã da categoria sub 13



Assojubs, equipe campeã da categoria sub 11



Assojubs, equipe campeã da categoria sub 9

Novos Convênios

PILATES

Sou Fit Pilates Studio

Endereço: Av. Antonio Emmerich, 1341, sala 01, Vila São Jorge, São Vicente

Telefone: (13) 3561-2535 / 3561-1624

10% de desconto no plano mensal

Acesse a lista completa em www.assojubs.org.br

**PROGRAMAÇÃO SOCIAL E ESPORTIVA
CONFIRA O QUE VEM POR AÍ!**

2/11 – 5º Festival de Futebol Society da Assojubs

28/11 – Festa de Fim de Ano da Assojubs

CLUBE DE CAMPO DA ASSOJUBS

Em Pedro de Toledo



VALORES - ASSOCIADOS

R\$ 60,00 diária (c/ pernoite) - 4 pessoas
R\$ 12,00 o ingresso por associado (ou dependente) para um dia de lazer

ALUGUEL PARA EVENTOS - ASSOCIADOS

R\$ 700,00 por dia (c/ pernoite) - até 35 pessoas
R\$ 1.500,00 (s/ pernoite) - até 150 pessoas
R\$ 2.000,00 (s/ pernoite) - até 200 pessoas

Reserve já! Entre em contato com a Secretária da Assojubs

Fone: 13. 3223.2377

Noite do Caldo Verde

Com a apresentação musical de Simone Ancelmo, o evento, realizado no dia 27 de junho, na Cantina Assojubs, em Santos, foi mais uma realização da entidade visando proporcionar diversão e entretenimento aos associados, amigos e convidados



Dia 11/10 - das 13 às 17 horas

Criança Jubs 2014

O associado deverá retirar os convites no período de 2 a 19 de setembro (até seu esgotamento) para os filhos (as) que ainda não tenham completado 12 anos. A quantidade de convites é limitada.

No momento da retirada dos convites, o associado deve informar sexo e idade dos filhos

Convites Limitados

É expressamente proibida a venda e consumo de bebidas alcoólicas durante a festa



Local: Atlas, Rua São Paulo, 47, Vila Mathias, Santos